



Roteiros

14. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

UNIÃO POLÍTICA DA EUROPA (*)

por ADRIANO MOREIRA

1. Nos dias 7 e 8 de Maio de 1945 foi assinada, em Reims e Berlim, a rendição da Alemanha, e o jornal *Combat* assinalava o facto com a expressão: «esta imensa alegria cheia de lágrimas».

Eram causadas tais lágrimas pela avaliação dos resultados da então última guerra civil europeia, que causara, apenas no seu território, trinta milhões de mortos, dos quais cerca de metade eram civis, e grande parte destes fora exterminada em campos de concentração. As destruições materiais tinham a dimensão correspondente, bandos de crianças erravam pela Europa Central procurando sobreviver, e tudo correspondia à ameaça de Goebbels traduzida nestas palavras: «no caso de derrota, os nazis saberiam bater com a porta em termos de assegurar que a sua recordação viveria durante séculos».

Parecia que tínhamos chegado ao ano zero da Europa, e que seria impossível dar corpo à promessa que Churchill, entre sangue, suor e lágrimas, proclamara em 1939, como ideologia de guerra assegurar «os direitos do homem» e restaurar a «grandeza humana». Tudo a seguir ensombrado pela extensão do método da bipolarização da guerra finda à organização das tréguas, com tradução numa política binária: duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim, duas Coreias, dois Vietnams, dois Yemes, uma doutrina de traições bivalentes que tornava inimigas as famílias políticas e os homens que tinham sobrevivido aos combates, finalmente duas ideologias

irreconciliáveis e dois blocos militares (NATO-Varsóvia) habilitados a destruir o planeta.

Melo século de violência estrutural, nuclear e assente na gestão do medo recíproco, uma estratégia diplomaticamente chamada de dissuasão, deram porém origem a que o ambiente sistémico do território europeu ocidental, este sempre objectivamente em risco de se transformar em campo de batalha ou moeda de troca, inspirasse, pela longa duração, uma espécie de segurança da vida habitual.

A memória do «ano zero» foi desaparecendo nos circuitos da teologia do mercado, desfeiteando as ameaças gritadas pelo desespero nazi, e enquanto as chefias dos blocos militares opostos se acusavam reciprocamente de pregarem e sustentarem o mal absoluto, num antagonismo ideológico fundamentalista, eram as doutrinas da morte das ideologias e as perspectivas do pragmatismo e da tecnocracia que animavam o processo do regresso da Europa Ocidental ao protagonismo da história, desta vez no exercício da lógica do poder económico.

Em 1989, a queda do muro de Berlim teve, entre outras consequências, a de fazer com que essa Europa que se lhe encostava, caísse novamente no mundo, e alguns dos conceitos orientadores transformaram-se em nominativos, porque a incerteza lhes dissolveu os conteúdos. A generalidade dos responsáveis e dos analistas foi surpreendida pelo que sempre tinham advogado, incluindo a vitória da unificação da Alemanha e libertação dos satélites, como se apenas então ganhasse inesperado sentido

(*) Proferido no Centro Cultural de Belém, em 4 de Maio de 1992.

(Continua nas páginas centrais)

ERA UMA VEZ, NUM DEPOIS DE MAASTRICHT

por JOSÉ ADELINO MALTEZ

ERA uma vez o Reino da Dinamarca, no primeiro dia do mês de Junho de 1992. É mesmo aqui e agora, neste preciso dia em que escrevo estas linhas, quando um dos mais antigos Estados Nações da Europa, através de um referendo, acaba de dizer não àquilo que os governos da Europa Comunitária pareciam considerar inevitável.

Era uma vez um Povo da Dinamarca que disse não àquilo que uma grande aliança dos principais partidos, das confederações patronais e dos sindicatos institucionalizados lhe sugeriam.

Talvez neste dia tenha recomeçado a Europa. A Europa dos Povos. A Europa dos Cidadãos. A Europa das Nações. Daqueles povos, daqueles cidadãos e daquelas nações que não querem ser incluídos na segunda velocidade dos Estados Secundários, nem sequer condenados a andar a reboque de uma qualquer Pentarquia de Potências, sempre tentadas pela ideia da locomotiva dos Estados Directores.

É evidente que, como português e como europeu, me congratulo com a decisão do povo dinamarquês. Era preciso que a funda de um qualquer derrubasse a arrogância do Golias da tecnocracia europeísta.

E apetece-me dizer isto sem qualquer ambiguidade. Como português sem responsabilidades institucionais no aparelho de

Estado ou nos órgãos administrativos dele dependentes; como português sem participação, cimeira ou basista, nos directórios partidários; como alguém que pode dizer o que pensa porque não fala em representação de ninguém e nem sequer quer transmitir recados de outrem. Um português que gosta de ser europeu em Portugal e que, lendo os sinais dos tempos, tem esperança em Portugal e na Europa.

Com efeito, esta Europa institucional que vamos tendo, se é formal continuadora do projecto dos Tratados de Paris e de Roma da década de cinquenta, talvez não continue integralmente fiel ao espírito dos fundadores desse formidável movimento de paz pelo direito que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial. Talvez tenha perdido muitos sentidos do gesto inicial.

Os sonhos só se realizam através das circunstâncias. Os sonhos de quem pensou em plena Guerra Fria têm de voltar a ser sonhados depois do fim do comunismo. A Europa não está apenas nas margens do Reno nem acaba com o alargamento a certas zonas ribeirinhas do Atlântico e do Mediterrâneo. A Europa, neste fim de século, pode ir da Ilha do Corvo a Vladivostoque. Pode juntar as Três Romas e todos os respectivos projectos de Renascimento. Pode e deve ser mais do que o processo de ultrapassar os contenciosos franco-alemão, britânico-continental ou hispano-central.

Era uma vez uma liberdade nacional dinamarquesa cuja democracia permitia referendos sobre acordos internacionais e admitia política para além dos partidos, dos patrões e dos sindicatos do sistema.

Era uma vez um reino da Dinamarca que não se amedrontou com o fim das ajudas e dos subsídios dos muitos fundos e dos futuros pacotes.

Quem me dera poder vir a dizer: era uma vez uma República Portuguesa, num qualquer dos anos que restam do século XX. Tem de ser uma vez a vez de um dos dois Estados Nações mais permanentes da Europa. Quando o mesmo tiver a liberdade de poder dizer sim à autêntica liberdade europeia, mesmo dizendo não a anteprojectos de gabinetes eurocráticos. Quando ele deixar de se sentir uma periferia a caminho da integração e se voltar a assumir com o próprio centro, tão europeu como qualquer outra parte da Europa.

Quem me dera poder dizer ser a vez duma Europa mais livre que, abandonando a tentação dos Estados Directores, proclame que a unidade não exclui a diversidade e, muito menos, o orgulho das seculares franquias nacionais.

Uma nova espécie de organização política de um grande espaço inter-estadual e inter-nacional. Uma realidade nova que quebre as estafadas classificações das federações e das confederações; que ultrapasse e surpreenda o *jus inter civitates* procedendo do modelo da Paz de Vestefália, do *cujus regio ejus religio* destruidor da unidade da *Res Publica Christiana*, e do regime da hierarquia das potências consagrado na Conferência de Viena.

A Europa que *pode ser* constitui uma forma institucional a *haver* capaz de fazer a «mistura da hegemonia do mais forte» com «o consentimento real dos menos fortes», como visionava Raymond Aron. Isto é, o estabelecimento do universalismo, através de um mitigado neo-feudalismo, onde os Estados



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FATIMA:

HOTEL SANTA MARIA
Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279

Nacionais se concillem com os Estados Impérios, sem o irredentismo dos primeiros e sem a arrogância dos segundos. Uma nova fórmula capaz de fazer conservar a cada Estado, de forma simbólica, a «soberania» e a «independência», mesmo que a soberania seja limitada e mesmo que a independência seja interdependência. Onde cada Estado possa actuar como uma espécie de «pessoa/máscara» no «teatro» das grandes representações internacionais. Onde esses diversos e diversificados Estados, do pequeno ducado ao grandioso herdeiro do Reich, do médio Portugal ao conglomerado espanhol, onde todos se possam unir através de uma espécie de encomendação a um nível superior, sem necessidade de um Papa Temporal, de um Imperador, mesmo que ideológico, ou de um qualquer Pai dos Povos. Onde não seja preciso Napoleão, Hitler ou Estaline. Onde, em vez da hipócrita igualdade de cabeça, como acontece na Assembleia Geral da ONU, haja alguns Estados que sejam mais iguais do que outros, com direito a voto de qualidade, proporcional ao respectivo poder, sem a brutalidade institucional de um direito de veto, como acontece no Conselho de Segurança da mesma ONU.

Os avisos de Charles de Gaulle e de Margaret Tachter ainda tinham a sombra de potenciais hegemónias. O sinal do povo dinamarquês não pode ser entendido como uma manifestação de quaisquer dissimuladas revoltas de candidatos a potências directórias. É apenas a consequência natural de uma exigência do direito à diferença. É, sobretudo, uma profunda manifestação democrática.

Porque, na democracia, o que a todos diz respeito, por todos deve ser decidido. Porque na democracia não há reis-sóis, individuais ou gabinetais que possam dizer «L'État c'est moi». Na democracia, «L'État c'est tout le monde», «L'État c'est nous».

A Europa somos nós. Os dinamarqueses, os portugueses, os irlandeses, os gregos e os muitos outros povos das Franças, das Alemanhas, das Espanhas, das Britânicas, das Itálias e dos Benelux.

A Europa não são apenas eles, os eurocratas, os parlamentocratas, e todos os cratas que temem as vozes irreverentes dos que não são moldáveis pelos unidimensionais partidos, sindicatos e patronatos, cada vez mais neocorporativamente enquistados no *statu quo*, esses estados que condicionam os Estados.

Era uma vez uma Europa mais livre e mais unida, enraizada no direito à pátria e já descolonizada de algumas tentações imperiais, capaz de dizer a todas as nações sem Estado deste nosso tempo, que a exigência dos grandes espaços tem que ofender os princípios da auto-determinação nacional.

Era uma vez, nos primeiros dias de Junho de 1992, por acaso, os últimos da primeira Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia. Lá para o reino da Dinamarca, os génios invisíveis da cidade tinham despertado e desfeito os fios sistémicos de uma tecnocrática política de sigilo que generosos iluminados pelos novos «amanhãs que cantam» haviam urdido. Apesar dos cidadãos, apesar dos povos, apesar da história.

Lá mais para o Sul, na cidade maravilhosa, sobre o «oceano moreno», uma cimeira dita da Terra, apesar da retórica, ameaçava demonstrar a todo o mundo que a política podia ser feita por internacionais de «sociedades civis», para além dos governos. Lá mais para o sul, começava a perceber-se que dizer ambiente, dizer ecologia, dizer paisagem tem de voltar a ser dizer pátria. Afinal, o que é antigo não tem que ser antiquado. Afinal, fazer passado presente é ter saudades de futuro. Afinal, pode voltar haver esperança. Esperanças de Portugal, futuro do Mundo.

Água de Caramulo

A AGUA DA PUREZA DA MONTANHA



HOTEL GOLFINHO

Phala D. Ana - 8600 Lagos - Algarve
 Telef. 082 - 76 99 00 - Telex 57 477 - Telex 082 76 99 99

SADNORPH-014





- Todos os quartos c/ ar condicionado, telefone, TV e rádio
- Restaurante
- Bar
- Coffee Shop
- Piscina
- Jardim
- Garagem
- Autocarro grátis para a cidade e vice-versa
- Parque de estacionamento
- Sala de jogos
- Cabelleiro
- Bazar
- Discoteca
- Sala de Conferências

A VIDA DO INSTITUTO

1 — O nosso Instituto realizou no decorrer do ano cultural de 91-92 várias acções culturais destacando-se pelo seu alto nível e importância do tema, o *Colóquio-Debate sobre o «Diálogo Cultural, Político e Religioso, dimensão indispensável à paz e solidariedade entre as Nações*, que teve lugar na tarde de 27 e manhã de 28 de Março na Sociedade de Geografia de Lisboa.

O tema da Paz, face aos conflitos que vão surgindo no Continente europeu e noutros Continentes, exige uma reflexão aturada, nomeadamente sob uma perspectiva cultural, política e religiosa, pois só esta poderá avaliar esses elementos fundamentais da comunicação entre os povos, ao reconhecer as formas de expressão e os respectivos valores de cada sociedade, ajudando a combater a ignorância, a intolerância, o racismo, a agressividade e o crescendo das tensões sociais e políticas, que conduzem à guerra.

O futuro dos projectos de parte da Comunidade Internacional, assentes na paz e solidariedade entre nações, dependerá de um diálogo entre Culturas, Regimes Políticos e Confissões Religiosas que permitam a compreensão das maneiras diferentes de estar no mundo e assegurem o direito às diferenças manifestas no desenvolvimento das diferentes Identidades Culturais, Políticas e Religiosas com aspirações e projectos próprios. Este diálogo deverá, pois, contribuir para abrir largos horizontes, tornando possível a compreensão recíproca e constituindo um ponto de partida para que se alcance uma maior harmonia entre os homens e uma real solidariedade entre as diferentes sociedades, nações e estados.

A grande questão que se coloca hoje ao Desenvolvimento- condição indispensável aos desígnios da Paz — com vista à diminuição das desigualdades sociais e económicas entre os povos, terá, necessariamente, de partir deste «encontro» harmónico de Culturas, Religiões e Regimes Políticos, sobre os quais nos propomos reflectir.

O Instituto D. João de Castro com a colaboração da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o Centro de Estudos Orientais e o Instituto Português da Conjuntura Estratégica, leva a efeito este Colóquio-Debate, que pela sua plena actualidade, terá estas matérias por objecto de estudo e reflexão: *Diálogo Cultural Religioso e Política — Dimensão Indispensável à Paz e Solidariedade entre as Nações*.

Este Colóquio-Debate foi constituído por 2 Mesas Redondas integradas por várias personalidades, que introduziram os temas que foram debatidos na tarde de 27 e na manhã de 28 de Março.

O Colóquio realizou-se no anfiteatro do 4.º andar da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Colaboraram e participaram os Académicos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, os sócios do Instituto D. João de Castro e outros convidados, que se interessaram por esta nossa iniciativa, ao todo participaram uns 100 convidados.

O Colóquio abriu pelas 17 horas, sendo tratado o tema: *DIALOGO POLÍTICO* — nos três seguintes aspectos.

1. A convergência no mundialismo: o destino da ONU e a articulação com os regionalismos;

2. Os novos complexos geopolíticos: a mobilidade da fronteira Leste-Oeste, o desafio da confluência dos poderes e os conflitos.

O novo perfil das relações Norte-Sul;

3. As novas balanças de poderes: os polos e os fiéis das balanças.

Intervenientes:

- Prof. Doutor António Costa Sousa Lara.
- Prof. Doutor Adriano Moreira
- Prof. Doutor José Adelino Maltex
- Prof. Doutor Fernando Carvalho Rodrigues
- Dr. António Marques Bessa

Após as comunicações houve várias intervenções prolongando-se até às 20,30, sendo servido o jantar na Cooperativa Militar.

Na manhã do dia 28 pelas 10 horas abriu a segunda sessão do Colóquio sendo tratado o *DIALOGO CULTURAL E RELIGIOSO* nas 4 áreas indicadas no programa.

1. A convergência na Declaração Universal dos Direitos do Homem; um mundo de múltiplas vozes;

2. Os mitos raciais; a nova vaga;

3. A revolução da informação e a contracultura;

4. A Igreja e o diálogo cultural-religioso.

Intervenientes:

- Prof. Doutor Adriano Moreira
- Prof. Doutor Óscar Soares Barata
- Prof. Doutor João Pereira Neto
- Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira
- Pe. Dr. Joaquim António Aguiar

2 — João Amós Comênio.

Este segundo dia do nosso Colóquio coincidiu com os 400 anos do nascimento do célebre humanista e pedagogo morávio João Amós Comenius.

Comenius, como é conhecido na História da Cultura Europeia, foi uma figura de destaque no século XVII no mundo reformista, orientando uma comunidade de tradição hussista e deixou um legado importante na área de Pedagogia.

A Embaixada Checoslováquia colaborou neste nosso Colóquio em que foi focado o Diálogo Religioso, tendo em conta o contexto político que se viveu na Europa e muito especialmente na Boémia e Morávia.

Neste n.º de Roteiros, publicamos um artigo do Dr. Boris Uher lembrando a figura do Pedagogo e Humanista Comenius.

3 — Assembleia Geral dos Sócios Fundadores

No dia 11 de Junho realizou-se a Assembleia Geral dos Sócios Fundadores do nosso Instituto no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II.

Como em anos anteriores antes da Assembleia, os Sócios Fundadores conviveram durante o jantar servido no mesmo Centro de Apoio.

A Direcção do Instituto informou os Sócios Fundadores da vida cultural do Instituto e apresentou um projecto de Programa para o ano Cultural 1992/93.

A Direcção informou ainda do andamento do processo da venda do armazém do Casal de Cambra, que poderá vir a criar melhores condições para o desenvolvimento da vida cultural do Instituto.

O Sr. Prof. Adriano Moreira apresentou uma proposta que foi aceite por aclamação, que fossem eleitos como Sócios Fundadores, o Sr. Eng. Miguel Anacoreta Correia pelos altos serviços prestados ao Instituto quando da sua criação e aquisição da sede da R. da Madalena, e o Sr. Dr. Luis Gallego pela sua grande generosidade e dedicação sem limites, no acompanhamento do processo da ACEDES, que virá a abrir ao Instituto novos horizontes, num futuro próximo.

Ainda e por aclamação e sob proposta do Presidente da Assembleia de Fundadores Prof. Adriano Moreira, foi admitido como Sócio efectivo o Sr. Josué Pinharanda Gomes pela colaboração de alta qualidade científica, que tem dado na participação activa na vida cultural do nosso Instituto em diferentes colóquios para que foi convidado.

Por fim, foi proposto um voto de congratulação pelo brilhante Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais e Políticas do nosso Sócio Fundador e vogal da Direcção Doutor António Bessa, cujas últimas provas tinham acabado na tarde desse mesmo dia. Todos os Sócios Fundadores brindaram pelo futuro académico do novo Doutor.

4 — Novos Sócios do Instituto.

Dr. José Maria Gonçalves Dias

Largo de S. João, 53 — 2.º

6300 GUARDA

Telef. 2 11 61

Dr. Fausto José Robalo Amaro

Rua Luis Gomes, 53 — 1.º Dt.º

2700 AMADORA

Telef. 494 27 50

Dr. Paulo Patrício

Av.ª da Boavista, 1203 — 3.º Apat. 303

4100 PORTO

Dr. José António Pereira Marchueta

Av.ª. Almirante Gago Coutinho, 141

1700 LISBOA

Telef. 88 27 13

Carlos Oliveira Frescata

Av.ª. Dr. António Rodrigues Manito, 2

2900 SETÚBAL

Dr. Luis Gallego — Sócio Fundador

Av. António Augusto Aguiar, 185 — 4.º

1000 LISBOA

Telef. 356 26 16

Eng. Miguel Anacoreta Correia — Sócio Fundador

Av. Fr. Miguel de Contreras 54 — 3.º

LISBOA

Telef. 849 11 87

Josué Pinharanda Gomes — Sócio Efectivo

Praceta António Luis Lopes Lote 0 Torre A — 2.º Dt.º

Sp.º. António dos Cavalheiros

2670 LOURES

5 — Distinção bem merecida o Prof. Doutor Adriano Moreira recebeu a Grão Cruz da Ordem de Santiago

O Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares concedeu ao nosso Presidente da Assembleia de Sócios Fundadores do Instituto D. João de Castro, Prof. Doutor. Adriano Moreira a alta distinção da Grão Cruz da Ordem de Santiago pelos altos serviços prestados à nação, principalmente no campo da Ciência e da formação da Juventude Universitária no campo das Ciências Sociais.

A imposição de tão alta distinção foi feita no dia 10 de Junho, Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas em São Carlos.

Felicitemos o Prof. Adriano Moreira e alegremos-nos com os portugueses que trabalham na área do aprofundamento dos valores, que constituem o nosso modo de ser e de estar nesta nossa Europa e que avançam com realizações, como publicações de alto valor científico, conferências e participações em Congresso e Colóquios Nacionais e Internacionais.

6. — Amizade e gratidão

Um grupo de antigos alunos do Prof. Doutor. Adriano Moreira organizaram no dia 20 de Junho na Cooperativa Militar num almoço-convívio de homenagem e gratidão, lembrando os bons tempos em que frequentaram os Cursos do antigo I.S.C.S. P.U. e do mais recente I.S.C.S.P.

Aos antigos alunos associaram-se muitos amigos e admiradores.

7 — Novo Doutor

No dia 11 de junho, à tarde fez defesa de tese de Doutoramento o Prof. Doutor Marques Bessa, tendo como tema: *Quem Governa? — Análise Histórico-Social do tema da elite*.



O júri que presidiu o Doutoramento do Doutor Marques Bessa no anfiteatro do I.S.C.S.P.

O Júri presidido pelo Reitor da U.T.L. e integrado por 7 Professores Catedráticos entre eles os Prof. Doutores Adriano Moreira, Óscar Barata, José Júlio Gonçalves e tendo como arguente o Prof. Doutor João Pereira Neto, atribuiu a classificação por *«Unanimidade» com Distinção e Louvor*.

A sala de actos do I.S.C.P. estava cheia de Professores e estudantes além de muitos amigos que quiseram acompanhar neste acto final da defesa da tese o novo Doutor António Marques Bessa.

O Presidente da Direcção do Instituto também esteve presente para congratular-se e dar um abraço muito caloroso ao Novo Doutor.

Pe. Joaquim António de Aguiar

a proclamação do jovem Kennedy junto ao Muro de Berlim, em 26 de Junho de 1963: *Ich bin ein Berliner*.

Talvez se deva prestar atenção aos que dizem que a unificação da Alemanha faz renascer a memória do «ano zero» europeu, e os temores de que venha a ressuscitar, mesmo com forma diferente, o projecto do espaço vital germânico, agora ao alcance da lógica do poder económico, porque nunca se deve recusar avaliar nenhum facto que contrarie os projectos.

Por outro lado, parece apressado assumir que a evolução dos últimos poucos anos, vista a crise, deu razão à tese economicista de Lafontaine que advogava a lentidão, contra a então vencedora tese política de Helmut Kohl, porque essa não parece ser a questão.

Trata-se talvez antes de estar atento à possibilidade de a volta da memória do «ano zero» vir a ser alimentada por um populismo nacionalista, que afecte a execução dos projectos da unidade europeia livre e consentida, não imediatamente pela agressividade retornada, mas porque a reconstrução interna, os interesses domésticos, o reencontro dos estados germânicos, exijam o regresso à ponderação da primazia dos interesses nacionais.

2. Tendo presente o que se passa com a dissolução da Jugoslávia, parece oportuno lembrar que o grande tema secular na sociedade política europeia foi o de conseguir eliminar as causas da guerra entre os seus povos, essa guerra civil que por duas vezes foi chamada mundial, apenas pelos efeitos e não pelas causas e agentes.

Também por isso não vale a pena esquecer que o primeiro dos objectivos do europeísmo pragmático foi o de tornar impossível um novo surto de agressividade. No discurso de 19 de Setembro de 1946, Winston Churchill, então simples deputado, dizia: «Os combates cessaram, o perigo não desapareceu. Se devemos criar os Estados Unidos da Europa — qualquer que seja o nome que lhe derem — devemos começar imediatamente. Vou dizer-vos qualquer coisa que vos espantará: o primeiro gesto de reconstrução da família europeia deve ser uma aliança entre a França e a Alemanha». A mesma linha em que, no discurso de 15 de Maio de 1962, De Gaulle, o da Europa das Pátrias, declarava que a segurança da França e da Alemanha dependia da sua solidariedade e que desta dependia «toda a esperança de unir a Europa, tanto no domínio político e no domínio da defesa, como em termos económicos».

Foi a mesma questão que determinou a criação, em 1949, da Autoridade Internacional do Ruhr, encarregada de assegurar a repartição internacional do carvão e a desnazificação dos europeus; e que levou Robert Schuman, no seguimento das propostas de André Philip, a querer a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que agrupou, pelo Tratado de 18 de Abril de 1951, a Alemanha, a França, a Itália e o Benelux: «deste modo se retirava à soberania alemã a gestão do arsenal de guerra que a França temia, assegurando porém uma igualdade de direitos, que salvaguardava os melindres nacionalistas na medida do possível».

Não é necessário gastar mais algum do nosso tempo a recordar o processo, porque é suficiente deixar claro que o movimento unificador europeu teve a segurança e defesa entre as causas primeiras, para nos ajudar na per-

UNIÃO POLÍTICA

cepção de que o salto qualitativo de agora tem a segurança e defesa entre as suas questões principais. O retorno dos nacionalistas, das incompatibilidades étnicas, culturais e religiosas, ao mesmo tempo que crescem sinais de desagregações comunalistas de Estados que supunham definitiva a unidade política alcançada, aconselham contra o ambiente de feliz fim tecnocrático da história com que algum discurso oficial parece reduzir os problemas à política orçamental, às taxas de câmbio, à inflação renunciada, à moeda única, à original caracterização da espécie de federalismo político em perspectiva pela percentagem dos custos comunitários sobre o produto.

Este anunciado fim da história não tem dúvidas sobre os modelos político e económico, democrático e de mercado sem alternativa, proclama que as identidades nacionais serão preservadas, e que, ao contrário de novas transferências de soberania, tudo se traduz, à luz do princípio da subsidiariedade, em alargar a cogestão das soberanias em relação aos problemas comunitários.



Prof. Adriano Moreira assinando e oferecendo um dos seus livros ao estudante Pedro Capaz, do Colégio Universitário Pio XII na Cooperativa Militar

Parece, ao contrário, que a mudança qualitativa da conjuntura, formalmente referida a 1989, coloca em primeiro plano o tema maior dos Projectistas da Paz, a começar pelo distanciado Pierre Dubois, que apresentou a Felipe o Belo o famoso projecto De Recuperatione Terra Sanctae. Mas recorrendo a projectos posteriores ao aparecimento do Ocidente dos Estados, passando por Émeric Crucé (1590-1648), pelo Duque de Sully oferecendo as *Mémoires Sages* a Henrique IV, por William Pen (1644-1728) o fundador da Pensilvânia, por Leibnitz com o *Codex Juris Gentium Diplomaticus*, por Saint-Pierre e o seu Projecto de Paz Perpétua de 1713, e finalmente pelo Projecto Filosófico de Paz Perpétua de Kant (1796), que é o mais frequentemente citado, em todos se reconhece que o tema da guerra civil da cristandade é o dominante, e que o voluntarismo político aparece como uma variável sempre pronta a disfuncionar o sistema euromundista e a recomeçar a história. A identidade europeia, cuja imagem aparece descrita a partir do mundo exterior para onde os seus poderes se expandirem,

DA EUROPA

expansão que inspirou a Adam Smith o conceito da Europa como um só país, correspondeu, durante séculos, a um sistema sem controlo, e, no acervo das propostas dos projectistas, a uma ideologia à procura de uma política. No plano do ambicionado controlo da espontaneidade dos soberanos, só depois da experiência da I Guerra Mundial aparecem projectos como o de Aristides Briand que propunha em 1929 uma União Europeia à Assembleia Geral da SDN; ou o de Saint-John Perse que, usando o seu verdadeiro nome de Alexis Léger, apresentou em 1921, à mesma SDN, um projecto de União Federal Europeia. O modelo de Estado Soberano, todavia, nunca inspirou mecanismos que o pusessem em causa, e por isso a ideologia euromundista, à procura de uma política, e sem a ter encontrado, teve de enfrentar a catástrofe do ano zero europeu.

E, todavia, o conceito de cidadania europeia existia na cultura que unifica o continente. Victor Hugo, apelando aos Estados Unidos da Europa em 1876, declarava: «il faut à l'Europe une nationalité européenne», acrescentando: «o que se passa na Sérvia demonstra a necessidade dos Estados Unidos da Europa. Que aos governos desunidos sucedem os povos unidos. Acabem com os impérios... A

República da Europa, a Federação Continental, não existe outra realidade política senão essa». Foi esta ideologia à procura de uma política que inspirou o europeísmo da Resistência, do qual lembramos o Movimento Rosa Branca do Prof. Huber e alunos da Universidade de Munique, todos decapitados, Robert Aron, Denis de Rougemont, Daniel Rops, Altiero Spinelli, ou Ernesto Rossi.

3. As propostas e projectos posteriores à Paz de 1945 já enfrentam a questão da soberania, e por isso é difícil admitir que o processo em curso não a atinge. A negação parece um recurso ao nominalismo para lidar com os valores em causa, mas talvez seja mais indicado assumir que a soberania está realmente em revisão.

Temos por um lado as revoluções mundialistas, dos teatros estratégicos, da ciência e da técnica, dos mercados, da informação, que introduziram a interdependência e a dependência em grandes espaços que o decadente Ocidente dos Estados deixava marginais para a expansão da criatividade soberana.

O fenómeno dos grandes espaços, que era uma realidade com expressão crescente já na década de cinquenta, desenvolveu-se para suprir a insuficiência dos Estados. Estes viram acentuar-se a hierarquia tradicional, aparecer a nova magestade das superpotências, a acrescentar a categoria de Estados exíguos, isto é, sem capacidade real para desempenharem as funções tradicionais.

Foi a questão do carvão e do aço que inspirou a Jean Monnet a primeira resposta eficaz para redefinir a soberania, que foi a das *autoridades funcionais*. Para tirar à Alemanha a base da reconstituição de um novo complexo militar industrial, a Alta Autoridade assume a gestão dos interesses retirados à soberania, mas o poder que exerce não é soberano. Porque o método de aliança clássica veio responder aos problemas de segurança e defesa atlânticas, foi necessário esperar pelo fim do bipolarismo para imediatamente ser reposta a questão da soberania. Talvez possa dizer-se que, ao tentar racionalizar a situação com recurso aos nominalismos, a nova etapa, como que desfeiteando a longa doutrinação europeísta, parece às vezes caracterizada agora por uma política à procura de uma ideologia.

Para entender a mudança, sobretudo representada por Maastricht, também parece útil esclarecer o chamado conceito de subsidiaridade, tão usado para afirmar que a soberania não está em causa. De facto, com raízes na doutrina clássica, cimeiramente representada pelo Doctor Eximius Francisco Suarez, o próprio Estado soberano é uma criatura subsidiária da sociedade civil, e a soberania tem duas componentes, ambas susceptíveis de restrição: o complexo de interesses a seu cargo, que variam no tempo e no espaço, e que torna desigual o conteúdo da soberania formalmente igual; o complexo de poderes destinados a gerir tais interesses, que se repartem desigualmente em termos de existir uma efectiva hierarquia dos Estados. Dizer que esta variação de áreas de interesses e de complexo de poderes se processa pelo consentimento e sem afectar a identidade nacional, parece uma frágil invocação cultural, porque as Nações cativas também possuem a identidade nacional e a soberania foi-lhes completamente retirada.

(Continua na página 10)

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma relação baseada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

1780A - Av. 5 de Abril, 25 - 127.º Edif. - Tel. 61 47 26 - Telex 13737 Gertal F. Lisboa - 1300 Leiria
 FORD - Rua Gonçalo Sampaio, 395 - Tel. 61 99 01 - Telex 23436 Gertal F. Porto - 4100 Porto

CADERNOS DE ERMITÃO ASSOCIADO – 1992/1

PROJECTO ÁREAS

De cinco espaços e de cinco pontos de sede precisa o Mundo de ter em conta para decidir de que modo se passa do tempo de hoje, que é o da terceira e última queda do Império Romano, para um governo sem mais impérios, dentro ou fora de cada qual: São as áreas a do Atlântico Norte, a do Atlântico Sul, a do Índico, ou Mar das Índias, como gosto mais de dizer, a do Pacífico Norte e a do Pacífico Sul. São lugares chave Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, a Ilha de Moçambique, Macau e Timor. Podemos começar já e de maneira mais simples: Combine as coisas com dois Amigos, por três é o número certo, escolha dentro os cinco os pontos sede e abra aí, no Banco que julgue preferível uma conta normal, mesmo com uma pequena quantia, e designe-a por Fundo Geral dos Mares – Pacífico Sul, sem mais nenhum aparelho jurídico, que lá virá no futuro o tempo certo para tal, e dê para o endereço que vai no envelope e se repete no fim do CADERNO, notícia do que fez e seu preferido ponto de aplicação – economia, educação, saúde, informação. E, talvez, entidades com as quais fico em contacto, dentro ou fora de sua área. Daqui eu ou outro se correspondera consigo e as coisas começarão marchando. Sempre com mais estrito respeito pelas leis do Estado e sem segredos nenhuns. Está?

Quadrinha de presente e de futuro

Indefinível é Deus
indifinidos vós sois,
por amor e por serviço
um dia juntam-se os dois



NAVEGAR

Para navegar, como temos todos de fazer de novo, já não basta comemorar Descobrimientos, é preciso imaginar e cumprir os que têm de construir o futuro, precisamos de navios de hoje que podem ser avião, telefone ou telefax, ou pensamento conviêto e activo; de quiosques de agência neste ou naquele porto; e, sobretudo, de tripulação, mesmo com o automático e o da informática. Dela já tenho pensado, falado e até escrito: são os grupos dos que

chamo Irmãos-Servidores. Como base, servidores, principalmente servidores daquilo que são fundamentalmente e atentos à vocação íntima dos outros. Como Irmãos, fraternos para todos, até mais para aqueles de que, por isto ou aquilo, até pode ser por erro nosso, nos parecerem de mais difícil convívio. Ninguém é, por dentro, mau: Mas a experiência do mundo às vezes complica a vida de muitos. Com vida melhor melhores serão. Teremos preceitos que nos guiem? Decerto: Antes de tudo, livremo-nos do supérfluo, não nos deixemos capturar por sentimento de posse, nem de bens, nem de pessoas, nem nós próprios – e aqui é muito útil o voto de obediência àqueles ou aquilo que para nós mais alto esteja, pensamento, pessoa, bicho, planta ou até pedra. Esperai o que a vida pareça ordenar-vos: O menos possível de planos para a vida, porque às vezes vamos atrapalhar os planos que a vida teria para nós. Vão acima de tudo nosso cuidados com as crianças: Pode ser que em cada menino ou menina que nasce um Deus renasça. E, de novo, a ninguém prendermos e de prisões soltemos ou outros o mais possível: prisões internas ou externas.

E quem sabe se os que prendem não são eles os mais presos de tudo.

Agostinho da Silva

Assim assinado por ser o primeiro Caderno.
Depois, Agostinho. Basta.
Endereço: Abacarramento de Peniche, 7 - 3.º - D.
1200 LISBOA – PORTUGAL

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 – 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 886 01 25

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica – Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 – Telef. 346 47 20 – 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 70287

JOÃO AMÓS COMÊNIO

Dr. Boris Uher

QUASE todo o século XVII é cheio de guerras. Agravou-se, sobretudo, a luta do catolicismo e do protestantismo e culmina com a guerra aberta — Guerra dos Trinta Anos. Este período agitado e inquieto criou o marco da vida de João Amós Comênio, teólogo, pedagogo, pensador e reformador da sociedade, personagem mais importante que a nação checa tinha dado à história e à cultura mundiais. Celebramos este ano o IV Centenário do seu nascimento.

Nasceu a 28 de Março de 1592 no Morávia na família que era membro da Unidade dos Irmãos, pequena, mas importante igreja reformadora na Boémia. Fomentou o ensino básico nas escolas da Unidade dos Irmãos, e o ensino superior nas universidades alemãs. Depois de voltar à Morávia trabalha como professor, pregador e publicista da Unidade dos Irmãos.



COMENIUS

Depois da guerra perdida dos estados protestantes checos contra o Imperador, em 1620 Comênio tem que esconder-se porque foi dictado contra ele uma ordem de prisão. Entretanto a sua família morre por causa da peste. Na depressão profunda Comênio escreve a sua obra mais célebre «O Labirinto do Mundo e o Paraíso da Alma». Nela mostra o mundo como o lugar cheio de caos, inquietações e de desespero. A calma sómente é possível encontrá-la no seu próprio coração, onde se encontra com o Deus Vivo. Dele recebe a força, não somente para suportar o seu tormento, mas também para o apoio dos que suportam o mesmo destino. Comênio descreve aqui os seus próprios e diferentes estados da alma, desde

as depressões até o equilíbrio e sabedoria cristãos, esforçando-se por impôr ordem no caos do labirinto...

Quando o Imperador mandou expulsar todos os não católicos dos países checos, refugia-se Comênio com os seus correligionários na Polónia; depois algum tempo vive na Inglaterra, na Holanda, na Suécia e na Hungria. Morre a 15 de Novembro de 1670 em Amsterdão.

A obra do Comênio é muito variada. Escreve obras históricas, teológicas, filosóficas, escreve poesia espiritual, faz traduções, edita para as necessidades dos membros da Unidade dos Irmãos. A sua obra culmina, porém, com as obras pedagógicas. Comênio impõe a nova relação com a criança e acentua que a criança é a oferta de Deus. Em cada criança os adultos devem ver o puro e imaculado retrato de Deus e segundo isso devem tratar as crianças. A vida das crianças deve ser cheia da alegria, amor e amabilidade. A ideia da escola de Comênio é a ideia da relação cheia de amor, do desenvolvimento dos interesses e do talento das crianças. Uma tal escola ele mesmo realizou na sua vida e escreveu para ela os manuais bem conhecidos.

O mais famoso é «Orbis pictus». Às suas ricas experiências incorporou as obras teóricas. A sua «Didáctica magna» é a considerada a base da pedagogia moderna.

A educação é o método da criação da nova sociedade — não porém o único método. Já os acontecimentos da infância criaram a aversão de Comênio contra a guerra e a violência. É necessário cultivar a sociedade realmente cristã, o mundo das pessoas amáveis e sábias do qual gostará Cristo na sua segunda chegada. Com esta visão do mundo mais justo, culmina a obra de Comênio. Passa a ser a voz da consciência da Europa e dirige-se, prementemente, às nações para cambiarem as espadas em arados e para se esforçarem por solucionar todos os conflitos de maneira sábia. O método da edificação dum novo mundo passa pela ciência novamente entendida, por uma nova política internacional, por um tribunal internacional, pela criação duma sociedade de nações livres e ainda pela criação duma nova sociedade ecunémica das igrejas. Esta visão, porém, no período de Comênio tinha uma dimensão utópica. Porém o mesmo Comênio, acreditou na possível realização dos seus esforços. Mas não pressumia, nem podia pensar como os seus planos pudessem passar de sonhos utópicos para uma realidade passados os anos pela integração do mundo, nos esforços por um mundo sem fronteiras, nos esforços pela cooperação, pela justiça, pela defesa dos débeis perante os fortes. Com isso, João Amós Comênio é um autêntico profeta ao escrever «De rerum humanarum emendatione», sonhando um futuro como ajudou a construir.

Apesar de todo o cosmopolitismo, Comênio apegou-se ao seu país.

Muito comoventes são as suas declarações sobre o desejo de voltar à pátria, sobre o desejo de ser útil com a sua obra sobretudo à sua própria nação e ao seu ensino. Apesar disso, podia servir à sua nação somente por correspondência e através do tempo que lhe desse razão.

A despeito da actualidade politicamente desfavorável, Comênio expressou a esperança que «o governo das tuas coisas regressa a ti, oh, povo checo!» Com isso Comênio passou a ser símbolo e profeta da liberdade da sua nação que, porém, tinha tido que esperar muito tempo até se cumprir a sua profecia.

UNIÃO POLÍTICA DA EUROPA

(Continuação das páginas centrais)

O chamado efeito do Tratado de Maastricht, concluído em Dezembro de 1991, mostra definitivamente que é o conceito e a realidade das soberanias que está em causa: os temas da cidadania europeia, do voto dos estrangeiros nas municipais e nas europeias, da adopção da moeda única em benefício de um Banco central europeu independente, e o abandono da política nacional de vistos, obrigam à revisão constitucional, provavelmente, na Alemanha, na Bélgica, em Espanha, na Irlanda, no Luxemburgo e em Portugal, o que parece suficiente para mostrar que a soberania está em causa.

Talvez não haja vantagem em acentuar a aparência de uma política à procura de uma ideologia, submetendo este efeito constitucional a um esquema teórico de diferenças entre escolas de interpretação, os comunitaristas e os estadualistas. O que merece certamente mais atenção é a circunstância de o método do futuro anunciado, que está a ser usado pelos Chefes de Estado e de Governo, se mostrar tão integrado numa dinâmica de sistema que os leva a concordarem numa política não previamente consentida pelas respectivas Constituições Políticas, com poucas dúvidas sobre o facto de que o soberano nacional se submeterá.

4. O fenómeno dos grandes espaços é estrutural, e nenhum Estado, nem as superpotências, lhe puderam escapar, embora transitando estas últimas para o Directório das novas criaturas. A Europa que se manteve livre, optou pelo Atlantismo em primeiro lugar (NATO), previu uma expressão específica de defesa na União da Europa Ocidental (UEO), afirmou uma identidade política ideológica no Conselho da Europa, adoptou um modelo de economia de mercado nas Comunidades Económicas Europeias (CEE).

Não existiram alternativas, e a segurança do bipolarismo fez com que as integrações que se processaram não suscitassem problemas de relevo na área da redefinição da soberania. Todavia, depois da implosão soviética, do alastramento daquilo que foi chamado a vingança das Nações, da Guerra do Golfo, e do encadeamento do Acto Único, Plano Delors e Acordo de Maastricht, toda a questão da arquitectura política se agudizou, e parece inegável a necessidade de assumir que o modelo do Ocidente dos Estados Soberanos está em mudança, que a soberania está em crise, que o princípio da subsidiariedade afecta ao mesmo tempo a área dos interesses e a área dos poderes que a integram, que não são apenas as identidades nacionais que estão em causa, como demonstram as nações cativas: o que está em causa é a nova medida da real autodeterminação, variável dentro da hierarquia dos Estados, é a necessidade de responder ao primado do político, é assumir que são mais exigentes as hesitações das páginas finais de Fukuiana do que toda a volumosa de-

monstração do fim da história, que essas páginas finais afirmam. A queda no mundo, que resultou da queda do muro, transformou em variável dominante, como diariamente se comprova no semestre em curso, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), criada pelo novo Tratado da União Europeia, contemplada no Título V, e este obriga a medir com realismo a exiguidade relativa dos Estados, e a decidir sobre o tipo de unidade política que fará parte dos futuros a anunciar pelas próximas conferências intergovernamentais. Não chega deixar cair as referências à federação, para que o modelo desapareça da lógica do processo. Negar que a soberania está em causa parece uma atitude tributária do temor reverenciado pelo modelo clássico, e contrária ao realismo com que os factos devem ser assumidos tentando repudiar os embaraços semânticos. Os embaraços semânticos estão a contribuir para que a dinâmica do processo político deslize para pertencer, em obediência às leis Weberianas, ao aparelho burocrático, com apagamento da criatividade que se espera dos órgãos de gestão política. O debate político tende para se desenrolar entre governos todos virados para o centro



CAVES DA

Montanha

A. HENRIQUES, L^{da}

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha

Telefa 52260 e 52011

Telex 53081

Apartado 18

3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |

CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |

CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |

Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |

CONCURSO DE MILÃO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos

Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

que é a Comissão, com frequente alheamento das opiniões públicas e dos órgãos de soberania nacionais. A lógica weberiana que está em exercício, encaminha visivelmente para uma federação de tipo histórico, para o elitismo que já teve expressão no Conselho de Segurança da ONU ao confiar o poder supremo a um restrito directório, por abonar a transformação interna com as exigências do alargamento, para a provável hierarquia dos Estados, com o modelo de superpotência no horizonte. Por seu lado, o europeísmo integral que concebe a Europa do Atlântico à nova fronteira a fixar alçures a leste; que considera que terminar de vez com a guerra civil dos povos europeus, é o objectivo cimeiro; que sabe que a subsidiariedade começa com o Estado, e deve estar presente em todo o processo; que não confunde a preservação das identidades nacionais com a necessária autonomia de gestão livre das suas especificidades; que reconhece que os grandes espaços são a resposta ao progresso estrutural das interdependências, e que as violências sistémicas apenas tendem para reacender os conflitos históricos; esse europeísmo não confia na repetição de modelos históricos nascidos em diferentes conjunturas, e vira-se para a criatividade voluntarista que evite a transferência, para uma nova criatura, de todos os inconvenientes de uma soberania clássica. Não existe, na longa teoria dos projectistas da paz, de europeístas teóricos, de europeístas de resistência, e de construtores da nova Europa, a contribuição de um pensamento português específico e criador. Mas existe uma contribuição histórica fundamental para a definição das fronteiras da Europa, uma notícia que teria sido conveniente levar ao Presidente da Comissão antes de o trazer a Coimbra. A nova arquitectura europeia, de acordo com essa experiência nacional, não pode abandonar o atlântico, que para ela é em grande parte africanismo, e que não se compadece com o federalismo clássico, nem com a negação das solidariedades criadas no Atlântico Norte em meio século de colaboração, nem com a rejeição de responsabilidades do Atlântico Sul. O espírito fundador de Jean Monnet, com as suas autoridades funcionais, e o espírito pioneiro de Coudenhove-Kalergi, que todos leram sem necessidade de citar o seu conceito de federalismo funcional, podem ser a base da resposta para a salvaguarda e consistência do pluralismo europeu. Um debate que, de qualquer modo, deve ser publicamente assumido, para que o futuro, mesmo anunciado, não aconteça mais uma vez sem a participação responsável dos povos europeus.

NOTA DA REDACÇÃO

A Secretaria de Estado da Integração Europeia organizou no Centro Cultural de Belém um Ciclo de Colóquios tendo como tema: «A Europa após Maastricht».

O 1.º Colóquio teve lugar no dia 13 de Abril subordinado ao tema: «De Roma a Maastricht: "Que caminho para a União Europeia"», cabendo ao 1.º Ministro a abertura.

O 2.º Colóquio realizou-se no dia 4 de Junho tendo como tema: «A Arquitectura na Nova Europa: "Que papel para a Comunidade Europeia"».

A Abertura foi feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Prof. Doutor João de Deus Pinheiro, seguindo-se a conferência do Prof. Doutor Adriano Moreira, sobre *União Política da Europa*, cujo texto reproduzimos e onde se faz uma análise das consequências da aplicação do Tratado de Maastricht na área política em relação «ao conceito e à realidade das soberanias», como têm sido entendidas na História política dos povos europeus.

No texto chama-se a atenção para os passos que se estão dando caminhando para um «euro-centrismo» pondo em causa o euro-atlantismo.

O 3.º Colóquio teve como tema: «A vocação Universal da Comunidade Europeia» e realizou-se no dia 13 de Junho e fez a apresentação do tema o Dr. Victor Ângelo Martins, Secretário de Estado da Integração Europeia.



AGR
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P
Fax 200 25 02



**O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente**

JOÃO AMÓS COMÊNIO

DEFENSOR DE MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES PARA A PAZ E EDUCAÇÃO, PRECURSOR DA COSMOCRACIA

Vivendo num período dos mais difíceis da História da Humanidade, Comênio sentiu a dor e a tragédia, em si mesmo, nos seus familiares, nos seus irmãos checos, em todos os outros povos.

Isso o levou a reflectir e estudar sob as causas profundas dessas factos e a procurar encontrar soluções inovadoras, capazes de construir um Mundo Melhor.

Como Anjo da Harmonia tomou parte activa em vários Tratados de Paz.

Entre essas soluções escolhemos:

- 1) Os dirigentes políticos e religiosos e outros devem ser os mais sábios e puros da sociedade, de forma a conduzirem seus povos e crentes à Harmonia, à Justiça, à Tolerância, à Liberdade, ao livre acesso à Cultura, ao respeito por todo o ser humano e à Cooperação amistosa.
Deles deverão ser afastados os ditadores, os demagogos e ainda os adúladores e denunciantes que são de todos os tipos os mais perniciosos.
- 2) Como fases transitórias:
 - a) reforma profunda de toda a educação; b) criação duma nova ciência e arte, baseadas na observação, na criação epigenética, no conhecimento e respeito das leis naturais; c) uma nova política, em que o bem-estar das pessoas deve ser a lei suprema de todos os Governos; d) construção da Europa Unida; e) aliança mundial entre os povos; f) criação do Parlamento Mundial e do Tribunal Internacional da Paz; g) criação da Academia Mundial e da Associação Mundial de Sábios, cujas sedes mudarão de Continente, de 10 em 10 anos; h) criação de um idioma universal que permita uma melhor comunicação entre todos os irmãos e irmãs dos diferentes povos.
- 3) "Se somos cidadãos de um só Mundo, porque não, um DIA, vivermos num "Estado Comum e livre para toda a Humanidade, sob as mesmas leis e debaixo de uma só Religião", num perfeito intercâmbio cultural, entre todos os povos, até se atingir A FRATERNIDADE UNIVERSAL, SOB A EGIDE DE CRISTO.

PROCOMENTUS

